



Apelidos e nome da pessoa candidata:

Compreensão de Textos Escritos – Textos

TAREFA 1

(...../8)

Leia atentamente os seguintes textos e enunciados. Escreva na tabela de respostas, em MAIÚSCULAS, a letra do texto que corresponder a cada enunciado, como no exemplo 0.

Dois textos não correspondem a nenhum enunciado.

As respostas devem basear-se unicamente na informação contida nos textos.

Vai ler alguns textos sobre economia.

A.

As grandes empresas deveriam compreender que elas são partes muito interessadas em nosso futuro comum. Elas deveriam trabalhar com outras partes interessadas a fim de melhorar a situação do mundo em que operam. Na verdade, esse deveria ser seu propósito definitivo. Os líderes empresariais têm uma oportunidade incrível. Ao dar significado concreto ao capitalismo de “stakeholders”, podem ir além de suas obrigações legais e cumprir seu dever para com a sociedade.

*Fonte: <https://www.brasilagro.com.br/conteudo/novo-capitalismo-dara-resposta-a-desafios-ambientais-e-sociais.html>
(Texto adaptado para esta prova.)*

B.

Apesar das transformações por que passou, a economia portuguesa continua a ser marcada por uma forte heterogeneidade e por desequilíbrios, cuja interpretação é facilitada pela consideração da natureza intermédia das suas estruturas económicas, sociais e políticas. O maior dos desequilíbrios de hoje decorre da inserção da economia nos circuitos financeiros internacionais, garantindo o desejado escoamento dos excedentes de países centrais, através do crédito que estes também concedem para a aquisição dos excedentes.

Fonte: <https://journals.openedition.org/eces/3163> (Texto adaptado para esta prova.)

C.

Devemos falar da nova economia portuguesa como uma economia periférica europeia. O retrato que emerge, passados 25 anos, não é apenas o de uma profunda alteração das condições de reprodução social, fruto das mudanças, nos modos de vida e nas dinâmicas territoriais. Ele decorre também de reformas regressivas na legislação laboral, assim como da incapacidade de o Estado-providência se substituir aos padrões de sociabilidade que aquelas condições garantiam.

Fonte: <https://journals.openedition.org/eces/3163#tocto1n4> (Texto adaptado para esta prova.)



D.

A compra de ativos do BCE, Banco Central Europeu, tem sido um dos contributos mais importantes para a descida dos juros dos países da zona euro. Portugal foi um dos mais beneficiados. No entanto, o volume de compras de dívida portuguesa começou progressivamente a ficar limitado pela regra que impede o BCE de deter mais de um terço da dívida. Isso faz com que as compras para Portugal fiquem limitadas.

*Fonte: <https://www.publico.pt/2019/09/29/economia/noticia/nova-bazuca-bce-efeito-portugal-1888212>
(Texto adaptado para esta prova.)*

E.

O fluxo de capital estrangeiro, de certo modo, permitiu sustentar as debilidades estruturais da economia portuguesa, ao financiar um crescente défice externo. A crise de 2007, sobretudo a subsequente crise das dívidas soberanas das periferias europeias, interrompeu de forma abrupta esta fonte de financiamento e as bancas privadas nacionais das periferias, já endividadas, viram-se obrigadas a recorrer ao financiamento de emergência do Banco Central Europeu (BCE).

Fonte: <https://journals.openedition.org/eces/3163#tocto2n3> (Texto adaptado para esta prova.)

F.

Embora se admitisse que a intensificação da desvalorização interna poderia ter efeitos recessivos, considerava-se que os efeitos positivos sobre as exportações conseguiriam compensar aqueles efeitos. Contudo, os impactos sobre a economia foram devastadores. Num contexto de crise generalizada na Europa, incluindo nos países com os quais Portugal tem relações comerciais mais intensas, a conjugação da diminuição do rendimento e da quebra da confiança e das expectativas desencadeou uma espiral recessiva.

Fonte: <https://journals.openedition.org/eces/3163#tocto2n3> (Texto adaptado para esta prova.)

G.

A mais recente intervenção internacional tratou de garantir a desejada articulação entre produção e reprodução social. Credores oficiais e entidades europeias vêm publicamente reconhecendo Portugal como um caso de sucesso. E o Estado português vai, aos poucos, obtendo as boas graças dos organismos financeiros internacionais. Mas não nos iludamos. O sucesso que agora se celebra é o da reestruturação de uma economia cada vez mais assente em trabalho barato e desqualificado.

Fonte: <https://journals.openedition.org/eces/3163> (Texto adaptado para esta prova.)



H.

O desequilíbrio fundamental da sociedade portuguesa entre a capacidade produtiva e as necessidades da comunidade subsiste. É por isso que a dependência externa em matéria de bens é forte. Também perdura o desequilíbrio entre emprego e população. Mesmo quando as taxas de desemprego formal são parcialmente absorvidas, subsistem elevadas taxas de subutilização do trabalho e a precariedade e o aumento dos assalariados que auferem salário mínimo intervêm como mecanismos de adaptação.

Fonte: <https://journals.openedition.org/eces/3163#tocto2n3>

I.

A Comissão Europeia lançou um convite à apresentação de propostas no valor de 1400 milhões de euros para apoiar projetos de transportes essenciais através do Mecanismo Interligar a Europa, o instrumento central de financiamento da UE para investimentos estratégicos nos setores das infraestruturas de transportes, de energia e digitais. O investimento ajudará a construir ligações em falta em todo o continente, centrando-se em modos de transporte sustentáveis.

Fonte: <http://www.aip.pt/uploads/Comunicacao/ResumosImprensa/2019/outubro/Dia25.pdf>

J.

Para o presidente da Associação Industrial Portuguesa, “o comportamento da componente exportadora da economia nacional foi excecional e é uma glória dos empresários, mas não há dúvida alguma que a política pública ajudou imenso. Se houvesse em Portugal um sistema de avaliação de políticas públicas, analisando os custos e benefícios para o país da sua execução, não teria dúvida alguma em colocar no top as políticas públicas de apoio à internacionalização”.

*Fonte: <http://www.aip.pt/uploads/Comunicacao/ResumosImprensa/2019/outubro/Dia25.pdf>
(Texto adaptado para esta prova.)*

K.

O capitalismo de acionistas, o modelo hoje dominante, começou a ganhar terreno nos EUA na década de 1970 e expandiu a sua influência nas décadas seguintes. A sua ascensão não deixa de ter méritos. Durante seu período de maior influência, centenas de milhões prosperaram em todo o mundo, à medida que empresas abriam novos mercados e criavam novos empregos, em busca do lucro.

*Fonte: <https://www.brasilagro.com.br/conteudo/novo-capitalismo-dara-resposta-a-desafios-ambientais-e-sociais.html>
(Texto adaptado para esta prova.)*



TAREFA 2

(...../8)

Leia atentamente o seguinte texto e os enunciados. Marque na tabela de respostas se os enunciados são verdadeiros (V) ou falsos (F). Escreva as **quatro primeiras palavras da frase** (sequência iniciada por maiúscula a seguir a um ponto ou no começo do texto) **que justifica a sua resposta** no espaço indicado para tal fim, como no exemplo 0. Como norma geral, os itens seguem a mesma ordem das informações do texto.

Só serão válidas as respostas em que tanto a opção de verdadeiro/falso como a justificação com as quatro primeiras palavras forem corretas.

As respostas devem basear-se unicamente na informação contida nos textos.

Vai ler um texto sobre um minério importante no Portugal do século XX.

Minas, mineiros e guerras: as "corridas ao volfrâmio"

por João Paulo Avelãs Nunes

Devendo Portugal ser classificado como um Estado-Nação semiperiférico (com uma economia e com relações sociais simultaneamente arcaicas e competitivas), os séculos XIX e XX foram marcados por debates significativos acerca das virtualidades ou desvantagens, da viabilidade ou da impossibilidade da industrialização ou, em termos mais gerais, da modernização.

Quanto à indústria mineira, o subuniverso do volfrâmio (ou tungsténio) assumiu alguma especificidade. Nos períodos de "normalidade", recessão ou crise, tratou-se de um setor de dimensão relativamente escassa, limitando-se a um pequeno número de empresas e de explorações. Em sentido oposto, as conjunturas de crescimento – por vezes exponencial – coincidiram com os conflitos militares de dimensão mundial. Aquando da Primeira Grande Guerra, da Segunda Guerra Mundial e da Guerra da Coreia, verificaram-se verdadeiras "corridas ao volfrâmio" - ou ao "ouro negro". Foram situações pontuais de acumulação de riqueza à escala local/regional e nacional, reforço das implicações político-diplomáticas e militares daquele "metal estratégico", potenciação dos riscos quanto aos acidentes e às doenças profissionais.

Exceção feita ao subuniverso do carvão, a generalidade das maiores minas portuguesas acabou por ser explorada por empresas de outros países, antes de mais o Reino Unido e a França, a Bélgica e Espanha, os EUA e a Alemanha. Daqui resultou que foram estrangeiros grande parte dos capitais e do *know how* organizativo, da tecnologia e dos técnicos superiores, do controlo de processos de decisão sobre, nomeadamente, os circuitos de comercialização e de transformação industrial, os níveis de investimento e o destino a atribuir aos lucros obtidos.

Inversamente, pelo menos até ao fim da década de 1960 / início dos anos 1970, os baixos salários e a quase ausência de "regalias sociais" da mão de obra nacional ("chefias intermédias" e trabalhadores) constituíram uma "vantagem relativa" – um "fator de competitividade" –, quer para as minas industriais, quer para as explorações artesanais. Nesse mesmo sentido estariam, por um lado, a capacidade



de adaptação e a subalternidade dos engenheiros portugueses; por outro, a precariedade dos controlos ambientais e em termos de higiene e segurança no trabalho.

É operatório considerar que se assistiu sempre a um aumento "artificial" da procura, dos preços e da oferta de concentrados de tungsténio dada a importância dos mesmos para a produção de munições, blindagens e veículos ou máquinas de escavação ou corte. Esse crescimento exponencial implicou a presença acrescida entre nós de estruturas dos aparelhos de Estado e de empresas dos países beligerantes; o reforço, tanto das atividades económicas "informais" e ilegais, como da capacidade de acumulação de riqueza e de acesso a bens de consumo e a serviços escassos em situação de economia de guerra.

Ao focalizarmos a atenção nas especificidades de cada uma daquelas conjunturas, dir-se-ia que durante a Segunda Guerra Mundial o "boom do volfrâmio" atingiu patamares significativamente mais elevados do que nos períodos da Primeira Grande Guerra e da Guerra da Coreia. Para além da dimensão do conflito, contribuíram para uma tal escalada a neutralidade mantida por Portugal de 1939 a 1945, bem como a opção do Estado Novo de consolidar as relações político-diplomáticas e económico-financeiras, quer com Londres e Washington, quer com Berlim e Roma.

Por sua vez, na Primeira Grande Guerra o nosso país foi não beligerante [apoiava um dos blocos mas não participava no conflito] entre 1914 e 1916 e beligerante de 1916 a 1918. Na Guerra da Coreia, era parte do "Mundo Ocidental" no âmbito da "Guerra Fria". Ou seja, em ambos os casos Portugal utilizou as suas reservas de tungsténio para tentar atenuar as dificuldades económicas e financeiras mas, essencialmente, para apoiar o esforço bélico dos blocos de países que integrava.

Uma situação diferente verificou-se durante grande parte da Segunda Guerra Mundial (até junho de 1944), britânicos e germânicos competiram pelo controlo do tungsténio luso. Mau grado a superioridade do Reino Unido, a Alemanha conseguiu implantar-se no setor mineiro português e adquirir quantidades relevantes de concentrados.

Assistiu-se, ao decorrer da guerra económica, à compra e à criação de empresas, de concessões e de "separadoras". Verificou-se também a contratação de engenheiros e de outros técnicos, bem como o aliciamento de funcionários públicos e a contratação massiva de serviços de transporte. Registou-se a fuga da mão de obra da agricultura e o multiplicar das "explorações informais". Aumentaram ainda os roubos e o contrabando. Por cálculo económico e financeiro, visando satisfazer interesses nacionais e/ou de estados beligerantes, o regime chefiado por António de Oliveira Salazar não alterou significativamente o ambiente de "febre especulativa" e de "rivalidade internacional" que se foi implantando.

Fonte: <https://www.publico.pt/2011/11/06/jornal/minas-mineiros-e-guerras-as-corridas-ao-volframio-23357897>
(Texto adaptado para esta prova.)



TAREFA 3

(...../9)

Marque na tabela de respostas a opção correta (a, b ou c) em cada caso, como no exemplo 0.

As respostas devem basear-se unicamente na informação contida nos textos.

Vai ler um artigo sobre a relação entre a rádio e as tecnologias mais recentes.

A Web e os espaços virtuais que dela emanam por via de uma crescente integração de indivíduos em redes permanentes de troca de informação estará tão longe de ser um espaço de virtudes benignas como de ser o seu oposto. Sendo um sistema que tende a ser tão complexo como a sociedade da qual se diz ser uma cópia virtual, ela transporta do passado a relação moderna sujeito/objeto, incorporando som, texto e imagem para distribuição por tecnologia "push" mas transgride os limites dos modelos de comunicação existentes ao permitir a comunicação de muitos para muitos, ao permitir a receção, alteração e redistribuição de objetos culturais, ao deslocalizar as ações comunicativas dos limites territoriais da nação, ao permitir o contacto global instantâneo, ao inserir o sujeito numa rede. Haverá, assim, portanto, na interseção do novo com o pré-existente um espaço em que persistirão "velhos impulsos", que são determinantes para perceber qual deve ser o seu posicionamento no futuro próximo: o reconhecimento de que os média são detentores de poder – com a capacidade de alcançar benefícios coletivos mas também de causar danos pessoais e públicos – a necessidade de prestarem contas pela sua atuação em sociedade, a relevância da defesa de valores como a liberdade e a confidencialidade, a proteção da cultura, da língua e da identidade.

O desafio para a rádio

Sobrevivente a já vários anúncios antecipados da sua morte, a rádio enfrenta agora o desafio de encontrar para si um novo espaço num ecossistema mediático que se encontra, todo ele, em fluxo. Importa, em todo o caso, assinalar que a digitalização de métodos, formatos, produção e transmissão de conteúdos – expandida pelo aparecimento da Web – não estão na origem de uma crise. Com efeito, o seu tradicional modo de se fazer presente no dia-a-dia dos ouvintes estava já posto em causa mesmo antes da chegada em força da Internet. Um grau de esvaziamento/empobrecimento da oferta da rádio – pelo menos nas sociedades ocidentais, marcadas por uma crescente “financiarização” da gestão das empresas mediáticas e por uma subsequente mercantilização da oferta – precede a explosão da Internet, embora não se tenham percebido grandes impulsos para a mudança uma vez que, a curto prazo, o modelo de programação continua a ser rentável.

Esta rádio que, progressivamente, de forma mais acentuada a partir da última década do século passado, foi aumentando o tempo de antena da publicidade, foi dando menos espaço à informação e foi reduzindo os custos com programação de autor (substituindo-a por ‘vozes’ que aparecem em segmentos cada vez mais longos e uniformes), cedeu a terceiros o controle da sua linguagem e expressividade: a rádio tornou-se cada vez mais barata mas um pouco mais desinteressante.



Empobrecida e embaratecida, a rádio viu-se – sobretudo depois da expansão da oferta de canais TV por cabo (que, em Portugal, aconteceu a partir dos últimos anos do século passado) – confrontada com uma rutura num modelo de negócio em que a "proposta de valor" tinha por base, em grande medida, algo que não lhe pertencia (a música, alinhada em "playlists" adaptadas aos interesses das editoras). Baixar o preço da "proposta de valor" – a única opção viável para enfrentar a concorrência nesse modelo – configurou-se, a cada ano que passou, num passo mais numa espiral descendente de qualidade e relevância social do meio.

Poder-se-á, em todo o caso, argumentar que se aliarmos a algumas das suas características mais fundamentais – como a imediatez, o baixo custo, ou a mobilidade, por exemplo – um passado em que se percebe uma rápida e bem sucedida ameaça que foi o aparecimento da televisão, há razão para encarar o futuro com moderado otimismo. A rádio já viu a mudança radical pela frente e tem em si uma "codificação mutante" bem mais apta do que outros meios, dir-se-á.

Num estudo muito abrangente e bem fundamentado dos desafios que a rádio, enquanto meio, enfrenta no presente, Pedro Portela aponta o conjunto de novos serviços áudio (que invadem o seu "território" sonoro), a proliferação de dispositivos de consumo, produção e reprodução (móveis, de baixo custo, de utilização simples e intuitiva), os efeitos da circulação global acelerada da informação, as novas formas de relacionamento interpessoal/de grupo em rede e ainda aspetos (só) aparentemente menos decisivos como a modificação da relação da rádio com a temporalidade, a diversidade de novas formas de disponibilização de conteúdos que parecem ser exigidas às rádios e a modificação estética que a digitalização traz à linguagem sonora.

Não cabendo no âmbito deste trabalho detalhar cada um destes desafios valerá a pena salientar que muitos deles se desenvolvem à margem de enquadramentos legais próprios ou, nalguns casos pelo menos, com a vantagem competitiva de não estarem espartilhados pelo aparato legislativo que condiciona a atividade radiofónica tradicional. Há, portanto, se quisermos, esse outro desafio, que acompanha em paralelo os demais: o de a rádio se encontrar na inusitada situação de já não ser o "jogador mais ágil" em campo.

Todos eles são muito mais do que irrupções momentâneas que, a dado passo, esmorecerão em sossego controlado. A rádio precisará não apenas de enfrentar as demandas impostas por estes desenvolvimentos mas também de se "habituar a ser" em conjunto com elas.

Luís António Santos, "Rádios locais e Internet: quem nos mostra o caminho?", in Ana Isabel Reis, Fábio Ribeiro e Pedro Portela (org), Das piratas à Internet: 25 anos de rádios locais, Braga, Centros de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho, 2014, pp. 97-111
(Texto adaptado para esta prova.)